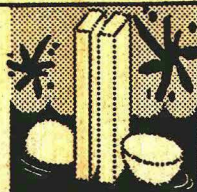


Relator dirá que
Comissão de Orçamento
deve ser extinta



Imunidade restrita a
voto e opinião é outra
proposta

Votação do relatório da CPI testa o Congresso

■ Sessão começará às 9h sob forte esquema de segurança, poderá se estender até a madrugada de amanhã e votará 24 cassações

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento reúne-se às 9h de hoje no auditório Petrônio Portella, no Senado, depois de três meses de trabalhos, para começar a leitura do relatório final, que deve durar dez horas. Este trabalho será feito por quatro parlamentares, num esquema de revezamento entre o relator Roberto Magalhães (PFL-PE), e os deputados Roberto Rollemberg (PMDB-SP), Fernando Freire (PPR-RN) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO). Estes parlamentares, além dos quatro coordenadores das subcomissões de Bancos, Patrimônio, Emendas e Subvenções Sociais, são protegidos 24 horas por dia por um esquema especial de segurança que será especialmente reforçado no auditório e em pontos estratégicos do Congresso.

Destques — Em seguida à leitura, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), reservará 30 minutos para pedidos de vistas e apresentação de destaques, começando, em seguida, a discussão da matéria. Teoricamente, cada um dos 44 integrantes da CPI, entre titulares e suplentes, tem o direito de usar a palavra por oito minutos. Mas a Mesa está confiante num acordo (que envolve 70% dos participantes das investigações) para defesa do relatório, para neutralizar a obstrução de eventuais descontentes, tem uma arma: pode apresentar requerimento, pedindo para encerrar a discussão após a fala de quatro deputados e quatro senadores, e iniciar o processo de votação.

Toda a cautela política e regimental não afasta a hipótese de uma sessão muito longa, que pode

entrar pela madrugada de sábado. Mas isto não assusta Passarinho: "Já entrei numa sessão que começou às 9h e acabou ao meio-dia do dia seguinte e ninguém morreu". A parte mais explosiva do relatório da CPI é a lista das prováveis 24 cassações, mas a polêmica não se restringe a nomes. Além dos capítulos individuais, para descrever a situação de cada um dos implicados, o relatório do deputado Roberto Magalhães incluirá sugestões para inibir a corrupção com verbas públicas.

Propostas — Suas propostas prometem sacudir o Congresso, a partir da extinção da Comissão Mista do Orçamento. As definições do reparte dos recursos públicos será feita pelas comissões técnicas permanentes do Congresso, como educação, saúde e segurança nacional. O relator também deverá propor o fim do atual esquema de distribuição de subvenções sociais, sugerido pela subcomissão que analisou os casos de fraude nesta área. Para começar, as prefeituras não mais receberiam subvenções, uma vez que a destinação dessas verbas é bancar tarefas de competência exclusiva do município, e não do governo federal. Para evitar as fraudes nas dotações de subvenção para entidades sociais, culturais e educacionais, será proposta uma nova legislação impondo critérios mais rígidos na concepção e envolvendo os conselhos comunitários locais na fiscalização do emprego dos recursos. A inviolabilidade do parlamentar também será rediscutida. O político continua inviolável em suas opiniões palavras e votos.

Brasília — Josemar Gonçalves



Magalhães, entre Garibaldi e Klein, discutiu com os coordenadores das subcomissões os relatórios sobre envolvidos na corrupção do orçamento